EDP Comercialização e Serviços de Energia S.A.

CNPJ nº 04.149.295/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.694	14.343
Consumidores e concessionárias	5	152.736	97.213
Impostos e contribuições sociais	6	30.211	33.383
Cauções e depósitos vinculados	9	6.616	
Despesas pagas antecipadamente		36	340
Outros créditos		1.067	1.144
		209.360	**146.423**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.327	14.532
Cauções e depósitos vinculados	9	6.272	4.210
		7.599	**18.742**
Investimentos	10	200	
Imobilizado	11	1.181	567
Intangível	12	623	650
		2.004	**1.217**
Total do ativo		**218.963**	**166.382**

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	13	124.249	81.568
Impostos e contribuições sociais	6	22.193	23.496
Dividendos		9.297	5.599
Benefícios pós-emprego	15	1	
Obrigações estimadas com pessoal		2.034	1.339
Outras contas a pagar		145	171
		157.919	**112.173**
Não circulante			
Partes relacionadas	8	243	77
Provisões	14		4.433
Outras contas a pagar		5	8
		248	**4.518**
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	26.285	26.285
Reservas de lucros	16.3	34.511	23.406
		60.796	**49.691**
Total do passivo e patrimônio líquido		**218.963**	**166.382**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2011	**26.285**	**18.181**	**–**	**44.466**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 04/04/2011		(12.550)		(12.550)
Lucro líquido do exercício			23.698	23.698
Destinação do lucro				
Dividendos intermediários (JSCP)			(2.167)	(2.167)
Dividendos propostos			(3.756)	(3.756)
Dividendo adicional proposto		17.775	(17.775)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**26.285**	**23.406**	**–**	**49.691**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2012		(17.775)		(17.775)
Lucro líquido do exercício			38.506	38.506
Destinação do lucro				
Dividendos intermediários (JSCP)			(2.197)	(2.197)
Dividendo adicional complementar			(7.429)	(7.429)
Dividendo adicional proposto		28.880	(28.880)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**26.285**	**34.511**	**–**	**60.796**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	57.555	34.960
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(34.403)	1.371
Depreciações e amortizações	279	412
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	3	154
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos		283
Despesas pagas antecipadamente	320	145
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(4.433)	(106)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(2.275)	
	17.046	**37.219**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(21.126)	(25.229)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(5.199)	(1.077)
Cauções e depósitos vinculados	(6.403)	
Despesas pagas antecipadamente	(16)	(412)
Outros ativos operacionais	83	468
	(32.661)	**(26.250)**

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	42.681	22.644
Outros tributos e contribuições sociais	4.411	(746)
Benefícios pós-emprego	1	
Obrigações estimadas com pessoal	695	122
Outros passivos operacionais	(30)	81
	47.758	**22.101**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**32.143**	**33.070**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.516)	(12.319)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**28.627**	**20.751**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Alienação (adição) ao investimento	(200)	
Adições ao Imobilizado e Intangível	(869)	(151)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(1.069)**	**(151)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	166	(226)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(23.373)	(16.446)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(23.207)**	**(16.672)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**4.351**	**3.928**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.694	14.343
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.343	10.415
	4.351	**3.928**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Companhia ou EDP Comercializadora), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação. Além das atividades mencionadas, a partir de 29 de outubro de 2009, a Companhia passou a prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior, bem como participar em outras sociedades como sócia.

Em 30 de outubro de 2012, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinaria - AGE, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia, até então denominada Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A. para EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e os instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores e concessionárias (Nota 5)

Representadas basicamente por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Receitas	17	1.354.606	921.735
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.308.184)	(860.457)
Encargos de uso da rede elétrica		(15.503)	(14.381)
	18	**(1.323.687)**	**(874.838)**
Custo de operação			
Pessoal		(4.280)	(3.355)
Materiais e serviços de terceiros		(3.307)	(1.186)
Depreciações e amortizações		(56)	(76)
Outros custos de operação		(546)	(313)
	18	**(8.189)**	**(4.930)**
		(1.331.876)	**(879.768)**
Custo do serviço prestado a terceiros	18	**(294)**	**(62)**
Lucro bruto		**22.436**	**41.905**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas		34.363	(3.424)
Despesas gerais e administrativas		(6.764)	(6.430)
Depreciações e amortizações		(223)	(346)
Outras receitas (despesas) operacionais		3.584	555
	18	**30.960**	**(9.645)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**53.396**	**32.260**
Receitas financeiras		4.424	4.916
Despesas financeiras		(265)	(2.216)
Resultado financeiro	19	**4.159**	**2.700**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**57.555**	**34.960**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.844)	(11.887)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(13.205)	625
	20	**(19.049)**	**(11.262)**
Resultado líquido do exercício		**38.506**	**23.698**
Atribuível aos acionistas controladores		38.506	23.698
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores			
Resultado básico por ação (Reais/Ação) ON		1,46874	0,90392
Resultado diluído por ação (Reais/Ação) ON		1,46874	0,90392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	38.506	23.698
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	**38.506**	**23.698**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2012	2011 Reclassificado
Geração do valor adicionado	**1.575.376**	**1.058.207**
Receita operacional	1.540.973	1.059.573
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	34.403	(1.371)
Outras receitas		5
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(1.457.282)**	**(969.367)**
Custos da energia comprada	(1.437.148)	(947.575)
Encargos de uso da rede elétrica	(17.083)	(15.847)
Materiais	(63)	(63)
Serviços de terceiros	(4.619)	(4.017)
Outros custos operacionais	1.631	(1.865)
Valor adicionado bruto	**118.094**	**88.840**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(279)	(422)
Valor adicionado líquido produzido	**117.815**	**88.418**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.424	4.916
Valor adicionado total a distribuir	**122.239**	**93.334**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.639	5.384
Benefícios	594	430
FGTS	257	197
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	22.430	16.113
Estaduais	52.757	44.670
Municipais	547	404
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	265	2.216
Aluguéis	244	222
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	2.197	2.167
Dividendos		3.756
	85.930	**75.559**
Lucros retidos	36.309	17.775
	122.239	**93.334**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua →

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

c) Investimentos (Nota 10)
Nas demonstrações financeiras da Companhia o investimento está reconhecido pelo custo.

d) Imobilizado (Nota 11)
São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos. Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Ativo intangível (Nota 12)
Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares* e desenvolvimento de projetos. Os seguintes critérios são aplicados:
• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

f) Redução ao valor recuperável
Ativo financeiro
São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.
Ativo não financeiro
A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.
Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) Demais ativos circulante e não circulante
São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 13)
Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica.

i) Provisões (Nota 14)
São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

j) Demais passivos circulante e não circulante
São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 20)
O Imposto de Renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.
O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos foram calculados a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.
As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos quando aplicavél e são reconhecidas no resultado exceto aquelas que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

l) Benefícios pós-emprego (Nota 15)
As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

m) Capital social (Nota 16.1)
Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

n) Dividendos
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

o) Apuração do resultado
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

p) Reconhecimento de receita
• Receita Comercialização de energia elétrica
A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente.
• Receitas e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, juros sobre impostos compensáveis e variações monetárias que são reconhecidos no resultado.
As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias.

q) Resultado por ação (Nota 21)
O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CFC nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

r) Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; e Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas.

s) Instrumentos financeiros (Nota 22)
Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:
• Instrumentos mantidos até o vencimento
Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.
• Empréstimos e recebíveis
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
• Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.
• Contratos de comercialização
A Administração considera que a função da Companhia está intimamente ligada à estratégia do Grupo no atendimento de seus clientes de geração e de distribuição e tendo por objetivo a entrega de energia aos principais clientes ligados à sua rede de distribuição. Consequentemente, a Companhia conduz as suas operações em estreita ligação com os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil e não tem por objetivo atuar de maneira autônoma no mercado. Desta maneira os contratos são registrados quando do efetivo despacho da energia aos seus clientes pelos valores estabelecidos nos contratos.

t) Demonstrações do valor adicionado
A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às Demonstrações Financeiras.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas
Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações finaceiras.
O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.
Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)
A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia
CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)
A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)
A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente, substancialmente, de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.
ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos
A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam, de fato, uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

2.4 Reclassificações nos exercícios de 2011
Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:
2.4.1 Demonstração do Valor Adicionado
Reclassificação dos créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R$ 88.584 (R$ 87.118 referente a Custos da energia comprada e R$ 1.466 referente a Encargos de uso da rede elétrica) para a rubrica de Impostos Federais para adequação ao CPC 09.

3 Evento do exercício
Acordo com a Ampla Energia e Serviços S.A. - Ampla
Em 12 de novembro de 2012 foi realizado um acordo entre a Companhia e a Ampla, com o objetivo de finalizar a disputa judicial entre as partes referentes a sentença arbitral proferida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. De forma a solucionar a questão, como um todo, foi aprovado:
(i) A receber da Ampla o valor de R$ 35.923 em 8 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, correspondente ao direito reconhecido pela arbitragem associado ao valor das diferenças de preço previstas no contrato e o valor efetivamente pago pela Ampla com relação ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2004 e 28 de agosto de 2006; (ii) a pagar pela Companhia o valor de R$ 14.923 em 8 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, por meio do aumento dos preços vigentes em 2012 para os contratos de compra; e (iii) manutenção do contrato de comercialização de energia celebrado entre as partes em 26 de junho de 2002 até o ano de 2022. Para a data-base de 31 de dezembro 2012 após o acordo entre as partes, o valor de R$ 35.923, será liquidado em 8 parcelas mensais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	18.694	6.331
Aplicações financeiras - renda fixa		8.012
Total	**18.694**	**14.343**

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, remunerados à taxa de 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitassem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos financeiros são divulgadas na nota 22.3.

5 Consumidores e Concessionárias

	Nota	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante								
Consumidores								
Clientes livres		44.581			44.581		44.581	36.683
		44.581	**–**	**–**	**44.581**	**–**	**44.581**	**36.683**
Concessionárias								
Suprimento de energia elétrica	5.1	106.957	71	522	107.550	(522)	107.028	54.197
Energia de curto prazo	5.2	1.127			1.127		1.127	6.333
		108.084	**71**	**522**	**108.677**	**(522)**	**108.155**	**60.530**
Total Circulante		**152.665**	**71**	**522**	**153.258**	**(522)**	**152.736**	**97.213**
Não circulante								
Concessionárias								
Energia de curto prazo		3.307			3.307	(3.307)		
Total Não Circulante		**3.307**	**–**	**–**	**3.307**	**(3.307)**	**–**	**–**

5.1 Suprimento de energia elétrica
Em 12 de novembro de 2012 foi realizado um acordo entre a Companhia e a Ampla, conforme mencionado na nota 3.
Em decorrência do acordo firmado, foi efetuado no exercício a reversão da Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD no valor de R$ 35.923 a ser liquidado em 8 parcelas mensais de 31 de janeiro de 2013 a 31 de agosto de 2013.
5.2 Energia de curto prazo
Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.
Os valores de longo prazo referem-se a inadimplência decorrente de processos judiciais, movidos por agentes do setor que contestam os valores da CCEE, sendo constituídos integralmente à Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	23.574		314	3.516	(3.934)		(10.948)	12.522
ICMS	103							103
PIS e COFINS	7.628	129.937			(122.978)			14.587
IRRF sobre aplicações financeiras	266	332					(309)	289
ISS						21		21
Outros	1.812	1.528				(21)	(630)	2.689
Total	**33.383**	**131.797**	**314**	**3.516**	**(126.912)**	**–**	**(11.887)**	**30.211**
Circulante	**33.383**							**30.211**
	33.383							30.211
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	11.887	5.838					(11.887)	5.838
ICMS	3.461	52.745		(51.451)				4.755
PIS e COFINS	7.686	133.075		(3.126)	(126.587)			11.048
ISS		514		(495)		29		48
IRRF sobre juros s/capital próprio	325	330			(325)			330
Outros	137	1.627		(1.561)		(29)		174
Total	**23.496**	**194.129**	**–**	**(56.633)**	**(126.912)**	**–**	**(11.887)**	**22.193**
Circulante	23.496							22.193
	23.496							**22.193**

7

6.1 IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 16.2). Neste exercício foi retido o montante de R$ 330.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados na nota 7.1, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

7.1 Composição e base de cálculo

		Ativo Não Circulante				Resultado	
		31/12/12			31/12/11	2012	2011
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**	**Total**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**
Diferenças temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.903	976	351	1.327	13.025	(11.698)	466
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas					1.507	(1.507)	159
Total diferenças temporárias		**976**	**351**	**1.327**	**14.532**	**(13.205)**	**625**
Total ativos diferidos		**976**	**351**	**1.327**	**14.532**		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos						**(13.205)**	**625**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício de 2012, foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R$13.205.

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. Com base no estudo a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos exercícios seguintes.

2013	Total Não circulante
1.327	1.327

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo 31/12/12	Ativo 31/12/11	Passivo 31/12/12	Passivo 31/12/11	Receitas (despesas) no exercício 2012	Receitas (despesas) no exercício 2011
Concessionárias									
Venda de Energia Elétrica	Costa Rica	01/05/2011	01/05/2011 a 30/11/2011						65
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/12/2012					230	
	Energest	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012	1.017	967			10.893	10.337
	Enerpeixe	01/03/2011	01/03/2011 a 31/05/2011						659
	Enerpeixe		01/01/2012 a 31/12/2012					243	
	Lajeado Energia	01/01/2011	01/01/2011 a 31/03/2011						13.062
	Lajeado Energia	01/02/2011	01/02/2011 a 31/05/2011						13.486
	Lajeado Energia	01/09/2011	01/09/2011 a 30/09/2011						124
	Lajeado Energia	01/11/2011	01/11/2011 a 30/11/2011						481
	Lajeado Energia	01/12/2011	01/12/2011 a 31/12/2011		1.327				1.201
	Lajeado Energia	01/12/2012	01/12/2012 a 31/12/2012					3.291	
	Lajeado Energia	01/12/2012	01/12/2012 a 31/12/2012					8.039	
	Santa Fé	01/01/2011	01/05/2011 a 31/08/2011						877
	Santa Fé	01/01/2012	01/01/2012 a 30/11/2012					2.050	
				1.017	**2.294**	**–**	**–**	**24.746**	**40.292**
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/07/2012				211	33	(211)	(522)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			32	44	(363)	(340)
Contratos de mútuo - 100% do CDI - 2º e 3º aditivos	EDP Energias do Brasil	09/11/2009	09/11/2009 a 09/11/2011						(283)
				–	**–**	**243**	**77**	**(574)**	**(1.145)**
Fornecedores									
Compra de energia elétrica	CESA	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022						(1.024)
	Energest	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022			50	166	(533)	(746)
	Energest	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014			529	393	(4.424)	(4.198)
	Energest	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2014			474		(3.961)	
	Energest	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012			942		(8.174)	
	Enerpeixe	02/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012			51		(550)	
	Costa Rica	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011				278		(3.151)
	Costa Rica	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011						(56)
	Costa Rica	01/01/2011	01/07/2011 a 31/12/2011				147		(675)
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/12/2012			534		(3.553)	
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/12/2012			118		(1.035)	
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/12/2012			460		(3.157)	
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/01/2012					(10)	
	EDP Lajeado	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2032			9.130	10.350	(114.761)	(109.192)
	EDP Lajeado	01/04/2011	01/04/2011 a 31/12/2011				852		(13.524)
	EDP Lajeado	01/07/2011	01/07/2011 a 31/12/2011				2.481		(13.935)
	EDP Lajeado	01/01/2011	01/01/2011 a 31/10/2011						(1.307)
	EDP Lajeado	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012					(1.250)	
	EDP Lajeado	01/04/2012	01/04/2012 a 31/12/2012			65		(3.458)	
	Santa Fé	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011				32		(275)
	Santa Fé	01/10/2011	01/10/2011 a 31/10/2011						(18)
	Santa Fé	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014			95		(362)	
	Santa Fé	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012			670		(2.540)	
	Santa Fé	01/01/2012	01/01/2012 a 29/02/2012					(5)	
	Pantanal	01/09/2008	01/01/2009 a 31/12/2023			1.527	1.509	(14.888)	(13.906)
Uso do sistema de transmissão	EDP Lajeado	01/01/2001	01/01/2003 a 16/12/2032			1.904	1.890	(15.503)	(14.396)
				–	**–**	**16.549**	**18.098**	**(178.164)**	**(176.403)**
Total				**1.017**	**2.294**	**16.792**	**18.175**	**(153.992)**	**(137.256)**

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu as minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protolocar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos através do Depacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio e consumo efetivo de gastos com telecomunicação.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

8.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é sua controladora.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês.

(i) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: 75%

Remuneração Variável: 25%

8.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	4 (*)	3 (**)
Remuneração fixa	n/a	**1.747.798**
Salário ou pró-labore	n/a	1.270.229
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	121.905
Encargos sociais	n/a	355.664
Remuneração Variável	n/a	**581.603**
Bônus	n/a	454.377
Encargos sociais	n/a	127.226
Valor Total da remuneração, por órgão	n/a	**2.329.401**

(n/a) = Não Aplicável

(*) Os 4 membros do Conselho de Administração não são remunerados.

(**) Os 3 membros da Diretoria, todos são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de até R$2.600.000,00 para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 9 de abril de 2012.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.3.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria relativos ao exercício de 2012 (em R$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	3
Valor da maior remuneração individual	n/a	982.630
Valor da menor remuneração individual	n/a	732.462
Valor médio de remuneração individual	n/a	776.467

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Circulante 31/12/2012	Não circulante 31/12/2012	Não circulante 31/12/2011
Depósitos judiciais	14		6.272	4.210
Cauções e depósitos vinculados		6.616		
Total		**6.616**	**6.272**	**4.210**

O valor de R$6.616 refere-se ao aporte de garantia financeira exigida pela CCEE com a finalidade de mitigar o risco de inadimplência no Mercado de Curto Prazo (MCP).

10 Investimentos

Em 28 de fevereiro de 2012 a Companhia efetuou a aquisição de um lote de mil ações, no valor de R$200, do BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia, que atua nos processos de comercialização e *back office* dos agentes do Ambiente de Contratação Livre - ACL.

11 Imobilizado

	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	67	(24)	43	4,00	67	(22)	45
Máquinas e equipamentos	14,88	333	(212)	121	9,90	274	(181)	93
Veículos	14,29	438	(205)	233	20,00	438	(151)	287
Móveis e utensílios	6,25	252	(151)	101	10,00	244	(138)	106
Total do Imobilizado em serviço		**1.090**	**(592)**	**498**		**1.023**	**(492)**	**531**
Imobilizado em curso								
Administração		683		683		36		36
Total do imobilizado em curso		**683**	**–**	**683**		**36**	**–**	**36**
Total imobilizado		**1.773**	**(592)**	**1.181**		**1.059**	**(492)**	**567**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civís e benfeitorias	45			(2)	43
Máquinas e equipamentos	93		60	(32)	121
Veículos	287			(54)	233
Móveis e utensílios	106		8	(13)	101
Total do imobilizado em serviço	**531**	**–**	**68**	**(101)**	**498**
Total do Imobilizado em curso	**36**	**715**	**(68)**	**–**	**683**
Total do imobilizado	**567**	**715**	**–**	**(101)**	**1.181**

12 Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2012 Custo histórico	31/12/2012 Amortização acumulada	31/12/2012 Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2011 Custo histórico	31/12/2011 Amortização acumulada	31/12/2011 Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	1.944	(1.572)	372	20,00	1.926	(1.393)	533
Total do intangível em serviço		**1.944**	**(1.572)**	**372**		**1.926**	**(1.393)**	**533**
Intangível em curso								
Administração		251		251		117		117
Total do intangível em curso		**251**	**–**	**251**		**117**	**–**	**117**
Total do intangível		**2.195**	**(1.572)**	**623**		**2.043**	**(1.393)**	**650**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço						
Software	533		17	(178)		372
Intangível em curso	117	154	(17)		(3)	251
Total do intangível	**650**	**154**	**–**	**(178)**	**(3)**	**623**

13 Fornecedores

	Circulante 31/12/2012	Circulante 31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	120.208	79.457
Encargos de uso da rede elétrica	1.904	1.890
Operações CCEE	1.028	
Materiais e serviços	1.109	221
Total	**124.249**	**81.568**

14 Provisões

14.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

14.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo				Ativo	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2011	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012	Depósito judicial 31/12/2012	Depósito judicial 31/12/2011
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm	4.433	(3.586)	(847)			3.707
Total		**4.433**	**(3.586)**	**(847)**	**–**	**–**	**3.707**
Não circulante		4.433					3.707
Total		**4.433**			**–**	**–**	**3.707**

A Companhia em 31 de dezembro de 2011 era parte na Ação declaratória de Nulidade da decisão arbitral, em trâmite no Juízado de Niterói no estado do Rio de Janeiro, movido pela Ampla Serviços e Energia S.A. e o risco envolvido no processo era relativo a sucumbência no caso de eventual condenação da Companhia.

Em 12 de novembro de 2012 foi realizado um acordo entre as partes, com o objetivo de finalizar os processos judiciais relativos ao contencioso do contrato firmado em 26 de junho de 2002, o que originou a reversão das contingências cíveis (Nota 3).

14.1.2 Risco de perda possível

	31/12/2012	31/12/2011	Ativo Depósito judicial 31/12/2012	Ativo Depósito judicial 31/12/2011
Trabalhistas	390	310		
Cíveis	3.707		5.299	
Fiscais	29.486	25.304	973	503
Total	**33.583**	**25.614**	**6.272**	**503**

14.1.2.1 Fiscais

A EDP Comercializadora discute judicialmente a exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R$16.165 (R$14.296 em 31 de dezembro de 2011) e encontra-se garantido por fiança bancária. O processo aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização dos débitos do Estado de Minas Gerais.

Existe discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2012 é de R$13.044 (R$10.915 em 31 de dezembro de 2011).

15 Benefícios pós-emprego

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e a Companhia administra um plano PGBL contratado através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$170 (R$185 em 2011).

Esse plano tem a adesão de 15 colaboradores.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O Capital social de R$26.285, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, está representado por 26.217.027 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

16.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2012
Lucro líquido apurado no exercício	38.506
Destinação do lucro	**38.506**
Dividendos intermediários - JSCP	2.197
Dividendos complementares	7.429
Dividendo adicional proposto	28.880
Quantidade de ações	26.217.027
Dividendos por ação - R$ - JSCP	**0,083801**
Dividendos por ação - R$ - Dividendos complementares	**0,283365**
Dividendos por ação - R$	**1,468740**
Dividendos por lotes de mil ações - em reais	**1.468,74014**
Dividendos por ação - JSCP	**0,083801**
Dividendos complementares por ação ordinária	**0,283365**

Em 18 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$2.197, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

16.3 Reservas de lucros

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de lucros		
Legal	5.631	5.631
Dividendo adicional proposto	28.880	17.775
Total	**34.511**	**23.406**

17 Receitas

	2012	2011
(i) **Comercialização de energia elétrica**	1.402.584	977.697
Outras receitas operacionais	85.644	37.223
Subtotal	**1.488.228**	**1.014.920**
(–) Deduções à receita operacional	**(133.622)**	**(93.185)**
PIS/COFINS	(133.075)	(92.781)
ISS	(547)	(404)
Receita	**1.354.606**	**921.735**

(i) Líquido de ICMS

18 Gastos operacionais

	2012							2011
	Custo do serviço			Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda nacional	1.308.184						1.308.184	860.457
Encargos de uso da rede elétrica	15.503						15.503	14.381
	1.323.687	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.323.687**	**874.838**
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		4.280	294		3.741		8.315	6.664
Material		60			3		63	63
Serviços de terceiros		3.247			1.372		4.619	4.017
Depreciação		56			45		101	111
Amortização					178		178	311
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas				(34.403)			(34.403)	1.371
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						(3.586)	(3.586)	(674)
Aluguéis e arrendamentos		12			232		244	222
Outras		534		40	1.416	2	1.992	2.552
	–	**8.189**	**294**	**(34.363)**	**6.987**	**(3.584)**	**(22.477)**	**14.637**
Total	**1.323.687**	**8.189**	**294**	**(34.363)**	**6.987**	**(3.584)**	**1.301.210**	**889.475**

19 Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.036	2.012
Atualização monetária depósitos judiciais	2.061	
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	314	1.202
Outras receitas financeiras	1.013	1.702
	4.424	**4.916**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas		(171)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	847	(558)
Atualização monetária contratos de mútuo		(283)
Outras despesas financeiras	(1.112)	(1.204)
	(265)	**(2.216)**
Total	**4.159**	**2.700**

20 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda 31/12/2012	Imposto de renda 31/12/2011	Contribuição social 31/12/2012	Contribuição social 31/12/2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	57.555	34.960	57.555	34.960
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(14.389)**	**(8.740)**	**(5.180)**	**(3.146)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(28)	(13)	(10)	(5)
Perdas indedutíveis		(43)		(15)
Multas indedutíveis	(1)			
Despesas indedutíveis		(2)		
Gratificações a administradores	(186)	(85)	(68)	(31)
Programa REFIS		3		1
Juros sobre o capital próprio	549	542	198	195
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(3)		(2)	
Adicional IRPJ	24	24		
PAT	4			
Lei *Rouanet*	43	53		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(13.987)**	**(8.261)**	**(5.062)**	**(3.001)**
Alíquota Efetiva	24%	24%	9%	9%

21 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de divulgação, a Companhia não possui instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria ou transações que gerem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	38.506	23.698
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	26.217	26.217
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**1,46874**	**0,90392**

22 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, quando aplicável, é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

22.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	18.694	14.343	18.694	14.343
Consumidores e concessionárias	152.736	97.213	152.736	97.213
Cauções e depósitos vinculados	6.616		6.616	
	178.046	**111.556**	**178.046**	**111.556**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	124.249	81.568	124.249	81.568
Não circulante				
Partes relacionadas	243	77	243	77
	124.492	**81.645**	**124.492**	**81.645**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

Os saldos de Consumidores e concessionárias e Fornecedores são compostos, principalmente, de contratos bilateriais de fornecimento e suprimento de energia elétrica a preços usuais de mercado e pelo fato destes saldos terem giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentado pelo seu valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos decorrente de sua atividade operacional.

O saldo de Fornecedores é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2012				31/12/2011		
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		18.694		18.694		14.343	14.343
Consumidores e concessionárias	152.736			152.736	97.213		97.213
Cauções e depósitos vinculados			6.616	6.616			–
	152.736	**18.694**	**6.616**	**178.046**	**97.213**	**14.343**	**111.556**

	31/12/2012		31/12/2011	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	124.249	124.249	81.568	81.568
Partes relacionadas	243	243	77	77
	124.492	**124.492**	**81.645**	**81.645**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
		Mercados idênticos
	31/12/2012	Nível 1
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	18.694	18.694
	18.694	**18.694**

22.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a exposição à variação dos preços futuros em função da posição em aberto. Essa posição em aberto gera uma exposição a mercado que surge em função do descasamento de prazos e volumes entre a contratação de compra e venda de energia.

22.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações, quando aplicável.

No exercício de 2012 a Companhia não realizou captações de recursos.

22.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

A Administração entende que as operações dos ativos financeiros não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

No exercício de 2012, a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

23 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2012
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	6.477

24 Compromissos contratuais e Garantias

24.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2012				
	Total Geral	**Até 1 ano**	**Entre 1 a 3 anos**	**Entre 3 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Obrigações de compra	3.545.799	1.013.444	1.405.294	625.965	501.096

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas a contratos de aquisição de energia elétrica para revenda, no âmbito da atividade operacional da Companhia.

24.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2012 Valor	31/12/2011 Valor
Aval de acionista	135.841	63.787
Depósito caucionado	6.616	
Fiança bancária	65.605	70.950
Seguro garantia	47.866	36.869

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Seguro garantia: O Seguro garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontra-se o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, etc.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

José Roberto Pascon
Diretor

João Carlos de Abreu Guimarães
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Operacional de Contabilidade Geral
Técnica - CRC 1SP137209/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB.*

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.4 às demonstrações financeiras da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

Deloitte.